

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de Minas Gerais

AUXILIAR LEGISLATIVO

CONCURSO PÚBLICO
01/2025

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG e Caneta.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição. Responda as **40 (quarenta) questões**.
- φ A prova terá duração de **3h (três horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h30 (uma hora e trinta minutos)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- φ Os três últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

BOA PROVA !



IPEFAE

LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões de 01 a 07



O direito de papel

No dia 26 de agosto de 1789, os deputados franceses lançaram um dos grandes documentos da modernidade: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Era um vigoroso manifesto iluminista contra o Antigo Regime. Foi uma resposta ao crescimento dos movimentos sociais no verão de 1789, nas tensas semanas entre a queda da Bastilha, a onda de saques do Grande Medo e o fim dos direitos feudais (4 de agosto). Na semana que vem, o documento completa 228 anos.

Os artigos da Declaração demolem o prédio secular do Absolutismo de Direito divino e da desigualdade social pelo nascimento. Era um novo mundo, pelo menos no papel. Deputados homens, na maioria de origem burguesa, refizeram o mundo pela sua perspectiva. Quando uma voz dissidente e feminina, Olympe de Gouges, lançou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, foi parar na guilhotina. Sejamos justos: a guilhotina não era machista. A lâmina ignorou gênero: matou Danton, Robespierre, Luís XVI, Maria Antonieta, freiras carmelitas e Lavoisier.

O texto de 26 de agosto é fundacional nas suas glórias e limitações. Suas ideias varreram a Europa e atravessaram o oceano. A Revolução de 1789 resultou na tirania napoleônica, porém, curiosamente, foi Napoleão que difundiu muitos legados revolucionários, inclusive o sistema métrico decimal. Os ingleses se orgulham de não terem sido invadidos pelo corso, juntam a seu nacionalismo invicto as jardas, as libras e até “stones”.

Em 1948, a jovem ONU revisitou a Declaração. A Segunda Guerra Mundial ainda contabilizava seus genocídios e a Guerra Fria estremecia Berlim. A Assembleia aproveitou o momento e organizou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É impossível discordar de uma única linha do texto. Ali está o melhor da humanidade como nós sonharíamos que ela fosse: tolerante, democrática, igualitária e respeitadora das diferenças. Ali o Homo sapiens, na sua sangrenta trajetória de guerras e preconceitos, deu uma pequena parada, respirou fundo e sonhou que as coisas poderiam ser de outra maneira. De muitas formas, o texto da ONU cumpre a origem da palavra dupla: o não lugar e o lugar bom. Se você nunca leu o texto de 1948, vale a pena consultá-lo como uma baliza de valores.

Meus alunos sempre questionam a validade de tais documentos. Do que adiantaria dizer que todos os homens são iguais e nascem livres, se por toda parte são desiguais e a maioria não é livre de forma metafórica ou prática? Qual o sentido de um papel diante do imperativo da força? O racista da Virgínia continua sua convicção canalha com ou sem o texto da ONU. O agressor de mulheres nunca leu Simone de Beauvoir. Se lesse, mudaria algo? O homofóbico responde a dramas pessoais internos

que não serão transformados com as obras completas de Freud em alemão. O mundo real e material, o mundo aqui e agora, de que forma um papel pode mudá-lo? A dúvida é pertinente e forte.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/cultura/leandro-karnal/o-direito-de-papel/> (adaptado).

Q. 01

O texto de Leandro Karnal projeta uma tensão entre a força normativa dos documentos de direitos humanos e a realidade histórica marcada por desigualdades persistentes. Considerando a articulação argumentativa do autor, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto sustenta que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, embora decisiva para a queda do Antigo Regime, fracassou em sua função histórica justamente por ter sido elaborada a partir de uma perspectiva exclusivamente burguesa e incapaz de influenciar transformações posteriores.
- (B) A análise apresentada reafirma que documentos como a Declaração de 1789 e a Declaração Universal de 1948 funcionam simultaneamente como produtos de seu tempo e como referências éticas que ultrapassam contingências históricas, ainda que não eliminem os conflitos sociais.
- (C) O autor defende que as revisitações ao ideal iluminista, como a formulação da Declaração Universal em 1948, revelam uma confiança plena da humanidade no progresso moral e jurídico, indicando que a violência humana tende a ser reduzida a partir de consensos normativos.
- (D) A menção recorrente a episódios de violência, como guilhotinas e genocídios, demonstra que o autor considera inviável qualquer tentativa de institucionalizar direitos universais, pois a própria natureza humana inviabiliza a criação de normas comuns.

Q. 02

O texto emprega recursos de ironia e contraste para ressaltar a distância entre a idealização dos direitos humanos e sua efetividade na vida social contemporânea. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) A menção aos alunos que questionam a validade dos documentos sugere que o autor se distancia dessas críticas e reafirma sua convicção de que textos normativos são suficientes para alterar comportamentos individuais.
- (B) A referência ao orgulho inglês de manter jardas e “stones” evidencia que o autor vê na resistência à padronização métrica um símbolo da preservação dos valores revolucionários franceses em solo britânico.
- (C) A descrição da guilhotina que “não era machista” evidencia uma ironia amarga: a igualdade promovida durante a Revolução Francesa manifestou-se mais plenamente na morte do que na vida, revelando uma crítica ao caráter limitado da igualdade iluminista.



- (D) As figuras do racista, do agressor de mulheres e do homofóbico são invocadas para demonstrar que, mesmo quando confrontados com conhecimento teórico e filosófico, tais sujeitos tendem a mudar substancialmente sua conduta, embora de forma lenta.

Q. 03

A leitura global do texto permite compreender a função simbólica atribuída pelo autor às declarações de direitos ao longo da história. Considerando esse eixo interpretativo, analise as assertivas:

- I. O texto sustenta que as declarações de direitos fracassam porque operam como utopias abstratas, insustentáveis para orientar práticas sociais, e por isso deveriam ser substituídas por políticas mais coercitivas.
- II. A utilização da expressão “não lugar e lugar bom” remete ao caráter utópico dos direitos humanos, compreendidos como horizonte ético que não se realiza plenamente, mas que orienta expectativas coletivas de convivência civilizatória.
- III. A evocação da ONU e seus documentos pretende demonstrar que a humanidade finalmente entrou em uma fase de plena igualdade, ainda que persistam pequenas tensões residuais.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) apenas II e III estão corretas.
- (B) apenas I e II estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) apenas II está correta.

Q. 04

Considerando o uso contextual dos vocábulos “baliza” e “pertinente” no texto, analise as assertivas:

- I. No trecho em que se afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos funciona como “uma baliza de valores”, o termo “baliza” poderia ser substituído, sem alteração do sentido global e com ajuste de concordância, por “referencial”, preservando-se a ideia de parâmetro orientador.
- II. No momento em que o autor qualifica a dúvida dos alunos como “pertinente e forte”, o adjetivo “pertinente” admite substituição sinonímica por “congruente”, mantendo-se o sentido de adequação contextual e relevância da questão levantada.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e II estão incorretas.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Apenas II está correta.

Q. 05

A estrutura sintática do período “O texto de 26 de agosto é fundacional nas suas glórias e limitações” revela elementos que, articulados, desempenham funções essenciais na construção do predicado. Considerando essa organização, assinale a alternativa correta quanto à classificação dos termos do período.

- (A) “O texto de 26 de agosto” funciona como objeto direto do verbo “é”, enquanto “fundacional” atua como adjunto adnominal.
- (B) O verbo “é” introduz um predicado verbal, descrevendo ação desempenhada pelo sujeito.
- (C) “fundacional” constitui o predicativo do sujeito, ao passo que “nas suas glórias e limitações” exerce função de complemento nominal ligado ao termo “fundacional”.
- (D) “nas suas glórias e limitações” é adjunto adverbial de modo e modifica diretamente o verbo “é”.

Q. 06

No enunciado “Se lesse, mudaria algo?”, o elemento “se” estabelece uma relação semântica específica entre as orações, atribuindo ao período um vínculo que orienta a interpretação global do enunciado. Considerando essa relação, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “se” introduz uma condição imaginada, de caráter hipotético, expressando possibilidade não realizada.
- (B) O “se” atua como marca de reciprocidade entre as ações de ler e mudar, indicando simultaneidade necessária.
- (C) O conectivo “se” estabelece relação conclusiva, ligando duas orações que se explicam mutuamente.
- (D) O termo “se” exprime relação proporcional, equivalendo semanticamente a “à medida que”.

Q. 07

O período “Os artigos da Declaração demolem o prédio secular” pode ser reescrito em diferentes tempos verbais, mantendo-se a terceira pessoa do plural e preservando o sentido básico da ação atribuída ao sujeito. Assim, analise as assertivas a seguir sobre essas possibilidades de reescrita.

- I. No futuro do pretérito do indicativo, a forma adequada é: “Os artigos da Declaração demoliriam o prédio secular.”
- II. No pretérito imperfeito do indicativo, a forma correta é: “Os artigos da Declaração demoliam o prédio secular.”
- III. No pretérito mais-que-perfeito do indicativo, a forma correta é: “Os artigos da Declaração demolirão o prédio secular.”

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.



- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas II e III estão corretas.
- (D) I, II e III estão corretas.

Q. 08

Durante a revisão de ofícios internos, o Auxiliar Legislativo deve identificar adequações de linguagem que garantam precisão e formalidade ao texto administrativo. Nas construções analisadas, é necessário verificar a correção do emprego da crase, especialmente em contextos institucionais. Assim, assinale a alternativa que apresenta uso **INCORRETO** da crase.

- (A) O parecer foi encaminhado à Secretaria Jurídica para análise complementar.
- (B) A comissão retornará à Casa Legislativa após a conclusão dos trabalhos externos.
- (C) O servidor compareceu à reunião previamente agendada pela Presidência.
- (D) O documento foi remetido à qualquer interessado por determinação superior.

Q. 09

No exercício de suas atribuições, o Auxiliar Legislativo deve revisar minutas de projetos, atas e ofícios, garantindo clareza e coerência textual. Em determinado documento, identificou-se a necessidade de verificar a pontuação empregada em trechos que apresentam elementos explicativos e estruturadores do período. Nesse sentido, assinale a alternativa em que a pontuação está empregada de modo **INADEQUADO**.

- (A) O relatório final, conforme determina o Regimento Interno, foi disponibilizado aos vereadores.
- (B) A proposta, que já havia sido debatida em comissão, retornou ao plenário para nova deliberação.
- (C) A assessoria técnica elaborou um parecer detalhado, objetivando esclarecer os pontos mais sensíveis.
- (D) O presidente da Câmara decidiu, e os demais membros, concordaram, que a votação ocorreria imediatamente.

Q. 10

Durante a revisão de ofícios e minutas, o Auxiliar Legislativo precisa identificar construções que gerem dupla interpretação e comprometam a clareza administrativa. Nesse sentido, analise as construções a seguir:

- I. O assessor encaminhou o parecer ao vereador avaliando as alterações no projeto.
- II. O presidente informou ao diretor que o secretário foi nomeado para o cargo.
- III. O diretor informou ao secretário que estava com dificuldades de protocolar o documento.

Das construções apresentadas, ocorre ambiguidade apenas em:

- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

MATEMÁTICA**Q. 11**

Maria é uma menina curiosa que resolveu anotar o nome dos bairros de São João da Boa Vista obedecendo uma lógica. Ela já anotou os seguintes bairros na seguinte sequência: Crepúsculo – Recanto dos Pássaros – Estrela – Santa Clara – Alto da Boa Vista. Nas condições adotadas, qual será o próximo bairro que ela deverá marcar?

- (A) Pratinha
- (B) Lucas Teixeira
- (C) Rosário
- (D) Morro Azul

Q. 12

De acordo com a lógica matemática, qual alternativa abaixo representa uma afirmação falsa a partir da premissa P: Moro em São João da Boa Vista e Q: Visito a avenida Dona Gertrudes no Natal, considerando que P e Q são proposições verdadeiras?

- (A) Se não moro em São João da Boa Vista, então visito a avenida Dona Gertrudes no Natal
- (B) Moro em São João da Boa Vista e visito a avenida Dona Gertrudes no Natal
- (C) Ou não moro em São João da Boa Vista ou não visito a avenida Dona Gertrudes no Natal.
- (D) Moro em São João da Boa Vista se, e somente se, visito a avenida Dona Gertrudes no Natal.



Q. 13

Em uma sequência numérica, os termos são: 3, 5, 9, 17, 33, 65, ... Qual é o oitavo termo dessa sequência, mantendo-se o mesmo padrão de formação?

- (A) 65
- (B) 129
- (C) 257
- (D) 513

Q. 14

Uma mostra cultural acontecerá em São João da Boa Vista em cinco locais diferentes: Teatro Municipal, Estação das Artes, Cidade das Artes, CIC e Praça Joaquim José apresentando espetáculos teatrais em dias consecutivos, de segunda à sexta-feira. Seguem algumas informações:

- I. O espetáculo na Cidade das Artes é imediatamente antes da apresentação no CIC
- II. Na praça Joaquim José o espetáculo acontece em um dia ímpar da mostra.
- III. O espetáculo no Teatro Municipal acontece depois do espetáculo da Estação as Artes, mas antes da apresentação na Cidade das Artes.
- IV. O evento na Estação das Artes acontece na terça-feira.

Em qual dia da mostra acontecerá o evento no CIC?

- (A) 1°
- (B) 3°
- (C) 4°
- (D) 5°

Q. 15

Uma pesquisa municipal foi realizada com 300 moradores para identificar o nível de conhecimento da população sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade. Os entrevistados informaram conhecer, ou não, três UBS: Santo André, Vila Conrado e Bairro Alegre. Os resultados obtidos foram os seguintes:

- 180 moradores afirmaram conhecer a UBS Santo André;
- 150 conhecem a UBS Vila Conrado;
- 130 conhecem a UBS Bairro Alegre;
- 80 conhecem tanto a UBS Santo André quanto a Vila Conrado;
- 70 conhecem a Vila Conrado e a do Bairro Alegre;
- 60 conhecem a UBS Santo André e a do Bairro Alegre;
- 30 afirmaram conhecer as três unidades.

Com base nessas informações sobre o conjunto de moradores entrevistados, qual das afirmações a seguir está correta?

- (A) Menos de 20% dos entrevistados conhecem apenas a UBS Santo André.
- (B) Menos de 5% dos entrevistados não conhecem nenhuma das UBS mencionadas.
- (C) O percentual dos que conhecem a UBS Bairro Alegre é igual ao percentual dos que conhecem apenas a UBS Santo André.
- (D) 40% dos entrevistados conhecem exatamente duas das UBS citadas.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Q. 16

Como prevê o § 1º do Art. 6º Do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, na Sessão Solene de Instalação, os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso.

A fim de facilitar os trabalhos e leitura, foi solicitado ao Auxiliar Legislativo que produzisse e imprimisse o termo do compromisso.

Uma vez solicitada a facilitação dos trabalhos, ele gerou o documento com uma fonte que julgou adequada, em tamanho 12, e uma boa medida de espaçamento entre linhas, findando conforme o exposto a seguir.

"PROMETO EXERCER, COM
DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU
MANDATO, RESPEITANDO A LEI E
PROMOVENDO O BEM- ESTAR DO
MUNICÍPIO"

Sobre os termos do compromisso apresentado, não resta dúvidas que o Auxiliar Legislativo utilizou como Fonte e Espaçamento Entre Linhas:

- (A) Times New Roman, Duplo
- (B) Times New Roman, Pelo menos 12 pt
- (C) Arial, Simples
- (D) Arial, Exatamente 5 pt

Q. 17

No atual momento civilizatório a sociedade busca otimizar seu tempo. Com isto as teclas de atalho são boas aliadas para potencializar o desenvolvimento e resolução das atividades, uma vez que aceleram tarefas e executam comandos substituindo cliques do mouse e menus.

No Word, após abrir um arquivo já existente e realizadas as edições desejadas, com intuito de criar uma cópia e manter o arquivo original intacto, desejando "Salvar Como" o documento, é possível utilizar como atalho a tecla ou a combinação das teclas:

- (A) Alt + barra de espaço
- (B) F4
- (C) F12
- (D) Ctrl + T

Q. 18

As teclas de atalho facilitam tanto as atividades que merecem ser tema de mais uma questão!

Corroborando o destaque de sua importância, elas foram utilizadas na confecção de todos os enunciados da presente prova. Qualquer conhecedor das funções básicas do Word, percebe que os caracteres estão em Negrito, que pode ser aplicado através da combinação das teclas:

- (A) Ctrl + N
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + B

Q. 19

No Excel as funções são fórmulas predefinidas que automatizam cálculos e operações complexas. Dentre elas, as Funções Lógicas realizam comparações lógicas e retornam resultados baseados em condições.

Diante de uma planilha elaborada para controlar as Cestas de Natal concedida aos vereadores nesse mês de dezembro, o Auxiliar Legislativo utilizou a função 'SE' para automatizar a resolução desejada. De acordo com a planilha e as argumentações utilizadas por ele (conforme exposto a seguir), assinale a alternativa que contemple o valor retornado como "Resolução" na célula C9.

	A	B	C
1	CESTAS DE NATAL 2025		
2	NOME	RETIRADA	RESOLUÇÃO
3	VEREADOR 1	RETIROU	
4	VEREADOR 2	RETIROU	
5	VEREADOR 3	RETIROU	
6	VEREADOR 4	RETIROU	
7	VEREADOR 5	RETIROU	
8	VEREADOR 6	RETIROU	
9	VEREADOR 7		
10	VEREADOR 8	RETIROU	

Argumentos da função

SE

Teste_lógico B9=""

Valor_se_verdadeiro "AVISAR"

Valor_se_falso "COMUNICAR"

- (A) A célula C9 continuará em branco
- (B) AVISAR
- (C) COMUNICAR
- (D) #VALOR!

Q. 20

Ao receber um e-mail de um fornecedor contendo uma informação importante, você notou que seria necessário que seu superior imediato tomasse conhecimento. Respondendo ao e-mail recebido e simultaneamente



incluindo seu superior como destinatário de forma a não ficar visível para o Fornecedor, preservando a confidencialidade, você acertadamente usou a função:

- (A) Para
- (B) Priv
- (C) Cc
- (D) Cco

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Q. 21

No desempenho de suas funções, o Auxiliar Legislativo deve dominar as normas técnicas de elaboração de atas, compreendendo sua natureza, finalidade e regras formais de redação. Com base nas características deste gênero, analise as assertivas e julgue V, para as verdadeiras, e F, para as falsas.

- () A ata é um gênero textual de caráter formal, cuja função principal é registrar, de forma fiel e objetiva, os acontecimentos e decisões tomados durante reuniões ou assembleias.
- () Por constituir modalidade de redação técnica, a ata deve ser lavrada sem parágrafos, sem abreviaturas e com todos os números escritos por extenso, além de manter os verbos, predominantemente, no pretérito perfeito do indicativo.
- () Quando o redator percebe um erro após a ata estar finalizada, a correção deve ser feita diretamente no texto original, por meio de rasura ou sobrescrita, a fim de assegurar fidelidade ao registro.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses?

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.

Q. 22

No âmbito do tratamento processual documental em um arquivo, o instrumento que determina a passagem de um documento de uma fase para outra é denominado:

- (A) tabela de fruição.
- (B) tabela de transição.
- (C) tabela de temporalidade.
- (D) tabela transicional.

Q. 23

Considerando o arquivo como espaço de armazenamento e recuperação documental, os elementos que caracterizam a noção de documento são:

- (A) materialidade, normatização, origem, contexto de fruição, autor, gênero, tipo.
- (B) nacionalidade, suporte, formato, fonte, tipologia, espécime, autor.
- (C) suporte, forma, formato, gênero, espécie, tipo, contexto de produção.
- (D) fluxo, suporte, formato, constituição, autor, contexto de produção, gênero.

Q. 24

Um dos direitos consagrados pela Constituição Federal é o direito de associação. Pessoas que compartilham interesses em comum podem criar uma associação visando defender seus interesses. No Brasil, uma das instituições com natureza associativa mais emblemática são os sindicatos, que visam defender os interesses dos membros de sua categoria.

Com relação ao sistema sindical brasileiro frente à figura do agente público, é correto afirmar que a Constituição Federal estabelece que:

- (A) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (B) servidor público civil e militar estão proibidos de se sindicalizarem.
- (C) o sindicato dos servidores públicos, apesar de existentes, não são reconhecidos juridicamente, atuando de forma clandestina, pois só é possível existir sindicato no setor privado.
- (D) não é obrigatória a criação de um sindicato para defender os interesses dos servidores públicos. Mas, uma vez criado, os servidores serão obrigados à ele se associarem.

Q. 25

No município B, destacado pela concentração de empresas que produzem enxovais, cama, mesa e banho, costureiras e costureiros estão fazendo greve, reivindicando melhores condições de trabalho e reajustes salariais.

O movimento paredista está tão engajado na cidade, que os servidores públicos, aproveitando a oportunidade, também decidiram fazer greve contra o município.

Com base no relatado acima e tomando por base as regras previstas na Constituição Federal, é certo afirmar que:

- (A) é um direito do trabalhador a prática da greve, tanto daqueles do setor privado quanto do setor público.
- (B) a greve do servidor público, além de proibida, é capitulada como crime. O servidor participante da greve poderá, além de ser exonerado, responder penalmente.
- (C) é proibido agente público fazer greve, não obstante, não seja crime.
- (D) a greve dos agentes públicos só poderá ser realizada mediante autorização judicial. Se os servidores obtiverem essa autorização antes de deflagrar o movimento paredista, então não haverá irregularidade alguma. Caso não a consigam, serão



exonerados sob o argumento de prática de greve abusiva.

Q. 26

Ferrúcio Testavuota é italiano. Veio ao Brasil ano passado em férias e acabou se apaixonando pela terra tupiniquim, decidindo ficar aqui de vez. Para obter renda mensal, decidiu prestar concurso público realizado pelo Município X almejando o cargo de zelador de escola.

Segundo prevê a Constituição Federal e as regras sobre engajamento no serviço público, é certo afirmar que:

- (A) o estrangeiro pode participar do concurso, na forma da lei.
- (B) estrangeiro não pode participar de concurso público.
- (C) Ferrúcio poderá participar do concurso sem qualquer tipo de problema se obtiver a cidadania brasileira, pois só brasileiro (nato ou naturalizado) pode engajar no serviço público.
- (D) no Brasil, por seu histórico acolhedor e de formação imigratória externa, qualquer cargo, inclusive os eletivos (políticos), podem ser ocupados por brasileiros (natos ou naturalizados) e-ou estrangeiros.

Q. 27

Com relação a licitação (Lei nº 14.133/21), é certo afirmar que este procedimento tem como objetivos:

- I. assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- II. assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- III. evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- IV. incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) III.
- (D) II e III.

Q. 28

Com relação ao processo licitatório, analise as frases abaixo e responda conforme previsão da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações):

- I. A autarquia municipal B, caso precise comprar veículos automotores, não precisará fazer licitação, bastando efetuar a compra diretamente na montadora, de acordo com seus critérios de conveniência.

- II. A fundação municipal X, caso precise realizar um trabalho técnico, pode contratar trabalhadores diretamente, não precisando abrir concurso público.
- III. A prefeitura municipal M, se precisar alugar um imóvel, cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, ainda assim deverá utilizar o processo licitatório.
- IV. A prefeitura municipal M, se quiser contratar profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, não precisará fazer licitação.

Das assertivas acima, está correta apenas:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.

Q. 29

Sobre os direitos e deveres individuais, estabelece a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988 que:

- I. ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Essa excepcionalidade, contudo, não se aplica aos homens em relação ao serviço militar obrigatório.
- II. é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido, se preciso for, o anonimato do declarante.
- III. é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- IV. é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) III.

Q. 30

Qual dos atributos da redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República, se refere à necessidade de ir diretamente ao assunto, sem voltas e sem redundâncias?

- (A) Clareza
- (B) Concisão
- (C) Objetividade
- (D) Impessoalidade



Q. 31

O Manual de Redação da Presidência da República destaca que a Precisão é um atributo que complementa a Clareza, caracterizando-se, entre outros pontos, pela "escolha de expressão ou palavra que não confira duplo sentido ao texto".

Qual das frases abaixo apresenta um problema de ambiguidade que compromete a Precisão, e que deveria ser corrigido na redação oficial?

- (A) O Ministro informou ao Secretário que seu processo estava pronto para assinatura.
- (B) A reunião foi adiada para a próxima semana, conforme a decisão do comitê.
- (C) É fundamental que os servidores, a fim de evitar atrasos, revisem atentamente todos os documentos.
- (D) O relatório, que foi elaborado com base em dados técnicos, será encaminhado ao Presidente.

Q. 32

Carmelo, servidor público municipal responsável pelas obras de asfaltamento e recapeamento no Município X, em troca de vantagem em dinheiro oferecida por Oswaldo, dono de um supermercado local, recapeou as ruas que circundam o estabelecimento, bem como, recapeou a área privada do supermercado destinado ao estacionamento dos clientes.

Nesse caso, com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92 atualizada pela Lei nº 14.230/21, é certo afirmar que:

- (A) apenas Carmelo responderá por improbidade administrativa. Oswaldo, por não ser agente público, não está suscetível aos efeitos dessa lei.
- (B) apenas Oswaldo responderá por improbidade administrativa, já que Carmelo responderá exclusivamente na esfera penal por corrupção.
- (C) nenhum deles responderá por improbidade administrativa, pois as obras reverteram em benefício estrutural para a região.
- (D) ambos respondem por improbidade administrativa.

Q. 33

A Lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Com base nesta lei, analise as afirmações abaixo e responda.

- I. Kátia é servidora do Ministério da Saúde e está vazando informações confidenciais sobre processos licitatórios.
- II. Amanda é servidora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (que abrange os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) e tem recebido propina para colocar processos em trâmite prioritário.
- III. João é servidor do Congresso Nacional e várias têm sido as reclamações feitas por suas colegas de trabalho relatando importunação sexual.

Nesses casos, com base na lei acima, é certo afirmar que:

- (A) apenas Kátia, servidora do Executivo, responderá processo administrativo, devendo os demais, responder diretamente ação penal perante o poder Judiciário.
- (B) apenas Amanda não responderá processo administrativo, pois servidora do Judiciário. Já Kátia e João, respectivamente servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, se submetem ao processo administrativo.
- (C) paralela e independentemente à repercussão penal que cada conduta possa ter, todos responderão processo administrativo.
- (D) não pode haver simultaneamente ação penal e processo administrativo sobre os servidores em questão. Deve-se optar por um ou o outro.

Q. 34

Fábio é brasileiro nato. Por sua descendência italiana, foi morar e estudar em Veneza – Itália, onde aproveitou para tirar sua segunda cidadania. cursou pós graduação em Engenharia Civil, na Universidade B localizada naquela cidade. Como condição de conclusão do curso, teve de elaborar dois artigos científicos, um sobre resistência estrutural e outro sobre oxidação de materiais.

Submeteu seus artigos à publicação de revistas especializadas e a disponibilizou na biblioteca da universidade italiana.

Voltou para o Brasil e hoje trabalha e uma grande empreiteira.

Para sua surpresa, a faculdade B, sediada em Belém no Pará, mantendo convênio com a universidade italiana, disponibilizou os artigos de Fábio para consulta.

Fábio está indignado com essa postura da faculdade paraense, entendendo que ela feriu regras de proteção de dados, conforme previsto na Lei nº 13.709/18 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

Nesse caso, com base na lei acima, é certo afirmar que Fábio:

- (A) tem razão em sua reclamação quanto a instituição paraense, pois qualquer tipo de material informativo só pode ser disponibilizado mediante autorização de seu mentor.
- (B) tem razão pois, por ser brasileiro, mesmo que a coleta e armazenamento de dados tenha sido feita por empresa estrangeira e fora do território nacional, será aplicável a LGPD.
- (C) não tem razão, já que o material tem destinação acadêmica.
- (D) não tem razão pois as instituições particulares, como é a universidade paraense, não estão submetidas às regras da LGPD.

Q. 35

Analise as afirmações abaixo e responda:

- I. a nomeação para cargo isolado ou de carreira depende de prévia habilitação em concurso



público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

- II. posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial e só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física, mentalmente e psicologicamente para o exercício do cargo.
- III. reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- IV. reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Com base na Lei Municipal nº 656/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista), das assertivas acima, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) I, II, III e IV.
 (B) I e II.
 (C) I, II e IV.
 (D) I e III.

Q. 36

Katiane foi aprovada como professora no concurso municipal de São João da Boa Vista. Após alguns anos de labuta, foi vítima de um fatídico acidente de trânsito, vindo a falecer. Era casada com Jaime, rico e importante empresário local. Tinha 3 filhas (Karen, 25 anos; Matilde, 23 anos; e Hebe, 17 anos). A mãe de Katiane, Idalina, conta com 78 anos e não é aposentada.

Com base na Lei Municipal nº 656/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista), é certo afirmar que:

- (A) a partir do óbito, os dependentes de Katiane terão direito a pensão por morte. O valor desta será o do valor percebido pela agente falecida. A pensão será dividida em 5 (cinco) cotas iguais e distribuídas entre Jaime, Karen, Matilde, Hebe e Idalina.
- (B) apenas Jaime e Hebe terão direito a pensão por morte de Katiane.
- (C) Jaime e Hebe terão direito a pensão por morte. Se Idalina comprovar que dependia economicamente da filha falecida, também fará jus ao recebimento do benefício.
- (D) apenas Hebe tem direito a pensão por morte.

Q. 37

A empresa B, sediada no Município de São João da Boa Vista, ficou devendo impostos municipais por longo período. O Município ajuizou ação de execução fiscal e

penhorou vários bens do devedor, dentre eles, um terreno de 15.000m² localizado na cidade.

Havia a perspectiva de se criar um parque no local, mas o projeto sequer foi iniciado, ante a prioridade de investimentos públicos em outras frentes.

A Prefeitura então, vendo que o imóvel não tem destinação pública (sequer estando afetado), determinou sua venda, através de ordem do Prefeito e da Câmara Municipal.

Contudo, um grupo de associação de bairro apresentou manifesto contra a venda do patrimônio público em questão.

Nesse caso, com base na previsão contida na Lei Orgânica do Município envolvido, é certo afirmar que:

- (A) o imóvel não pode ser vendido, já que indisponível, pois de uso comum do povo.
- (B) o imóvel não pode ser vendido, já que indisponível, pois de uso especial.
- (C) o imóvel, que é dominial, pode ser vendido nesse caso.
- (D) o imóvel, que é de uso especial, só pode ser vendido, se houver autorização de pelo menos 2/3 dos votos dos membros da Câmara dos Vereadores, o que, não sendo o caso, torna a venda nula.

Q. 38

Analise as situações abaixo e responda:

- I. Maria vendeu sua Fazenda (imóvel rural) para Lucinda.
- II. Jenifer herdou de seu pai falecido a quantia de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- III. (dez) empresas e mais 200 moradores tiveram seus imóveis valorizados graças a uma obra federal realizada ali nas cercanias.

Considerando que todos os fatos ocorreram no Município de São João da Boa Vista, com base na Lei Orgânica do Municipal, é certo afirmar que:

- (A) Lucinda passará a pagar ITR (Imposto Territorial Rural) que é um imposto de competência do município.
- (B) os proprietários dos imóveis valorizados não terão de pagar contribuição de melhoria para o município.
- (C) Jenifer terá de pagar ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e doação – para o município.
- (D) todos terão de pagar tributos ao município, pois os fatos geradores ocorreram nessa base territorial. A saber; Lucinda e Jenifer pagarão impostos, respectivamente ITR e ITCMD e, os que tiveram seus imóveis valorizados, pagarão contribuição de melhoria.

Q. 39

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista, é certo que esta casa:



- I. tem função legislativa, que consiste em deliberar por meio de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções sobre as matérias de competência do Município.
- II. tem função de fiscalização externa, exercida com auxílio do Tribunal de Contas Municipal, compreendendo: a) apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara; b) acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município; c) julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- III. tem função administrativa, que é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.

Q. 40

Em sessão realizada na Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista, um determinado vereador começou a xingar agressivamente uma colega de partido adversário. As ofensas tinham caráter racista, antissemita e machista.

Com base no Regimento Interno daquela Casa, é certo que:

- (A) os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, ainda que tenham conteúdo injurioso, difamatório ou calunioso, desde que proferidas durante a sessão em que discursava.
- (B) os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, devendo, nesse caso, ser julgado criminalmente por seus próprios pares junto à Câmara.
- (C) caberá à Câmara optar, por deliberação de 2/3 de seus membros, em ajuizar ação criminal no foro local ou abrir processo de cassação do vereador agressor.
- (D) o vereador agressor responderá tanto a ação penal (ajuizada no foro local) quanto ao processo de cassação (conduzido pela própria Câmara).

IPEFAE

GABARITO RASCUNHO

1	16	31
2	17	32
3	18	33
4	19	34
5	20	35
6	21	36
7	22	37
8	23	38
9	24	39
10	25	40
11	26	
12	27	
13	28	
14	29	
15	30	

Seu futuro passa por aqui!

www.ipefae.org.br

